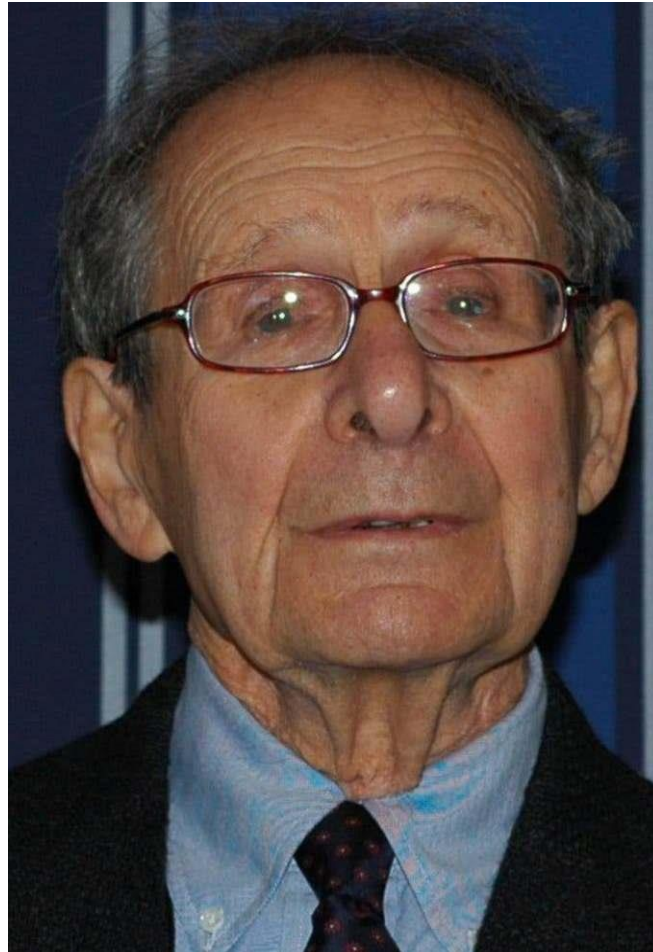


## TEORIA SOCIAL EM PÍLULAS: A etnometodologia de Harold Garfinkel



Por Gabriel Peters

*Os posts da série “TEORIA SOCIAL EM PÍLULAS” oferecem pequenas introduções e comentários críticos sobre perspectivas teóricas influentes nas ciências sociais. Nascidos de notas de aula rearrumadas, os textos pretendem disponibilizar recursos didáticos breves, mas tão sólidos quanto possível, a discentes e docentes da área.*

***O ator ordinário não é um “idiota cultural”, mas uma criatura hábil***

Assim como a sociologia fenomenológica de Schütz, a etnometodologia de Garfinkel (1963; 1967; 1988; 2002) se situa entre as perspectivas que sublinham

o papel indispensável das capacidades cognitivas dos agentes humanos na produção e reprodução da ordem social. Embora sua irrupção na sociologia tenha sido acompanhada por uma saraivada de incompreensões e controvérsias azedas (COSER, 1975; GELLNER, 1979), pelas quais Garfinkel é parcialmente responsável devido ao seu estilo de escrita bizarro, a etnometodologia se consolidou como um profícuo programa de pesquisa (Rawls, 2003). Devido ao esforço persistente de figuras como **Anthony Giddens**, Jeffrey Alexander (1987), Richard Hilbert (1992), Anne Rawls (2003) e John Heritage (1984), lições etnometodológicas várias foram absorvidas por abordagens que, longe de considerarem a etnometodologia um corpo estranho à teoria social, trouxeram-na para o eixo central da reflexão socioteórica no século XX. Ainda que o próprio Garfinkel seja ambivalente na sua relação com a sociologia “ortodoxa”, ele mesmo salientou seu diálogo com a teoria social “tradicional” ao submeter a uma crítica imanente a resposta que seu ex-orientador Parsons deu ao “problema da ordem” (Heritage, 1984: 7-36).

No seu “modelo voluntarista da ação”, assim como no **retrato “freudodurkhemiano” da internalização de valores na personalidade** como central à ordem social, Parsons conferiu papel de proa à esfera *volitiva* dos motores subjetivos da ação humana, tratando insuficientemente de sua esfera *procedimental* – isto é, do fato de que a conduta social depende não apenas de propósitos e fins perseguidos pelos agentes, mas também de competências cognitivas e práticas que os *habilitem* a intervir no mundo social (Giddens, 1979: 253-254). Influenciado pelo retrato schütziano dos “estoques de conhecimento” como condições práticas para a ocorrência da mais cotidiana das interações sociais, Garfinkel evidenciou que um montante significativo desses conhecimentos assume uma roupagem “metodológica”. Os saberes práticos que capacitam a conduta social fornecem “métodos” ou instruções mais ou menos genéricas que os agentes têm de *ajustar e adaptar* às particularidades de seus cenários locais de ação e interação.

### ***A ordem social é precária, mas incansável***

Pensem no estoque de conhecimento necessário para pedir informações a um estranho na rua. Tal estoque de conhecimento oferece um conjunto de receitas

gerais para que a ação tenha mais chances de ser praticamente eficaz e normativamente apropriada – por exemplo, a necessidade de sinalizar que não somos uma ameaça, tanto pela linguagem (através de expressões de gentileza como “com licença”, “oi, desculpe incomodá-lo” ou “será que você poderia me ajudar?”) quanto pela postura corporal (p.ex., um movimento lento de aproximação que dê ao estranho tempo para se dar conta do que está acontecendo). O conhecimento utilizado no pedido de informações é “procedimental” ou “metodológico” na medida em que ele não especifica exatamente o que devemos fazer, mas fornece orientações que devemos adaptar, de modo mais ou menos inventivo, às especificidades de nossa situação – por exemplo: “Trata-se uma rua cheia ou vazia?”, “De ambiente silencioso ou barulhento?”, “Será que a roupa que estou vestindo pode enviesar a resposta da pessoa ao meu pedido de informação?”. A necessidade inafastável de adaptar as instruções gerais aos contextos particulares introduz um grau de *contingência* nas interações graças ao qual a ordem social nunca pode ser tida como um dado, mas tem de ser continuamente construída e reconstruída em cada novo cenário local de ação e interação (p.ex., a boa vontade e o tato habilidoso no pedido de informação não garantem, por si só, que o ator encontrará um estranho disposto a ajudá-lo naquele momento). Se os estoques de conhecimento dos atores não têm como especificar, com exatidão, todos os desafios práticos com que eles depararão na vida societária, os atores são obrigados a ajustar continuamente aqueles estoques a esses desafios, mediante o que Garfinkel chama de “método documental de interpretação” (1967: 77).

A ordem social não é dada de antemão ou de uma vez por todas, portanto, mas constitui uma consequência contínua e contingente de práticas hábeis em contextos locais de (inter)ação. O idioma mobilizado nas conversas cotidianas também pode servir de ilustração do teorema: como um conhecimento que nos capacita a participar do mundo social, a linguagem não é um conjunto de sentenças soltas, mas uma habilidade improvisativa de se envolver em encontros linguísticos cujo desenlace não podemos prever até os mínimos detalhes. Ainda que os graus de previsibilidade implicados sejam variáveis, não podemos saber com precisão absoluta o que nossos interlocutores dirão a nós. O que nossa competência linguística faz é nos abastecer com “métodos” para reagir

adequadamente aos ditos mais ou menos (im)previsíveis dos atores com quem conversamos.

São esses saberes práticos que Garfinkel define como “etnométodos”. O prefixo “etno” designa simplesmente os “membros” de um contexto social particular, isto é, de qualquer universo empiricamente ordenado de ações e interações (p.ex., jurados em um julgamento, integrantes de uma gangue, acadêmicos de um grupo de pesquisa). A “etnometodologia” consiste no programa de estudo sistemático desses etnométodos. Embora esteja em débito com o acento de Schütz sobre a dimensão cognitiva da ação social, Garfinkel pretende rechaçar qualquer “mentalismo”, ao tomar cenários práticos de interação observável, não processos internos da subjetividade, como sua unidade básica de análise (GARFINKEL, 1963: 190). Ainda que ela se apresente mais como um programa de pesquisas empíricas do que uma teoria do mundo social, não dá dúvida de que a etnometodologia se ancora em proposições teóricas substantivas sobre o último. Uma delas reza que os procedimentos pelos quais os atores organizam suas práticas, nas situações da existência cotidiana, são os mesmos pelos quais eles buscam tornar tais práticas cognitivamente compreensíveis e normativamente justificáveis – em uma palavra, *accountable*.

***Tornar as práticas sociais inteligíveis, justificáveis, relatáveis:  
“accountability”***

O conceito de “*accountability*”, no sentido técnico que recebe na pena de Garfinkel, congrega em si todo um conjunto de dimensões analíticas. Fazer com que uma prática seja “*accountable*” implica torná-la *inteligível* aos “membros” de uma ordem coletiva, assim como *justificável* conforme as normas partilhadas pelos mesmos membros. A inteligibilidade e a justificabilidade de uma ação são construídas de maneira a torná-la intrinsecamente “relatável” a outros membros. A noção de “relatos” (“*accounts*”) infusa no conceito de “*accountability*” evidencia a influência da filosofia do segundo Wittgenstein no pensamento de Garfinkel, especialmente no tocante a uma visão da linguagem como ferramenta prática pela qual se produz efeitos no mundo social. Como instrumentos pragmáticos na definição de situações sociais, os relatos linguísticos não são simples descrições externas dessas situações, mas *fatores constitutivos de sua*

*própria ocorrência* – por exemplo, quando um juiz declara o início de um julgamento ou quando um assaltante grita “isso é um assalto!”, seus enunciados contribuem para *instaurar* as respectivas situações sociais de julgamento e de assalto.

Aqui, cabe uma digressãozinha sobre linguagem, ação e sociedade. Em torno da metade do século XX, contribuições influentes à teoria da ação floresceram não apenas das abordagens microsociológicas que reagiam ao estrutural-funcionalismo de Parsons, mas também de trabalhos que submeteram “ação humana” e conceitos relacionados (p.ex., “intenções” e “razões”) a inquéritos minuciosos no estilo da filosofia analítica (Giddens, 1993: cap.2). No que respeita às visões sociológicas da conduta humana em sociedade, a ideia mais impactante legada por aquelas análises filosóficas foi, sem dúvida, o *vínculo entre linguagem e ação*. Conforme as abordagens de figuras como John Austin e o já citado Wittgenstein (segundo), a linguagem não é, nem somente nem primordialmente, um meio de figuração do real; ela é, sobretudo, um instrumento prático das atividades pelas quais a vida social é constituída e reconstituída pelos agentes humanos. Nos termos famosos de Austin, as palavras nos capacitam a “fazer coisas” (Austin, 1965) na vida social, produzindo efeitos ordinários (p.ex., alguém me dá passagem quando peço licença em um corredor apertado) ou extraordinários (p.ex., o presidente dos Estados Unidos ordena por telefone um ataque nuclear que mata milhares de pessoas no Japão).

A conexão entre linguagem e práxis social também funciona no sentido reverso: não só a atividade prática depende da linguagem; a linguagem ganha sentido mediante seus usos na atividade prática. É através de suas utilizações práticas em contextos sociais específicos que categorias linguísticas são investidas e reinvestidas de significados. Os cenários sociais em que a linguagem é usada, para tais ou quais propósitos pragmáticos, são componentes indispensáveis do seu sentido. A depender dos seus contextos de utilização, um “mesmo” enunciado adquirirá significados bastante diferentes. Frases como “estou me sentindo ótimo!”, “que roupa bonita!” ou “ele é um gênio!” possuem sentidos distintos, por exemplo, conforme sejam proferidas sinceramente para expressar admiração ou sarcasticamente para exprimir críticas. Fundado em uma visão radicalmente contextual, processual e localista da ordem e da inteligibilidade no mundo social,

Garfinkel (1988) vê um atributo da linguagem como um todo no que o linguista Bar-Hillel chamara de *indexicalidade*: a dependência intrínseca que os sentidos de palavras como “hoje”, “ontem”, “amanhã”, “eu”, “ela”, “você”, “aqui” ou “ali” possuem do seu contexto de uso (por óbvio, quando digo “eu” me refiro a mim, mas, quando você diz “eu”, se refere a “você” e assim por diante).

### ***Do concerto (habitual) das ações ao conserto (discursivo) das ações***

As diversas dimensões do conceito etnometodológico de “*accountability*” abarcam os pressupostos implícitos partilhados dos quais dependem as interações mais ordinárias na vida societária. Envolvendo não só o domínio de saberes implícitos (p.ex., as regras gramaticais que seguimos sem precisar pensar nelas quando conversamos com alguém), a “*accountability*” também dá sentido a um fenômeno frequente no mundo social: o recurso dos agentes a *justificações discursivas* das próprias ações nos *momentos problemáticos* em que expectativas habituais são frustradas na interação. Quando perturbado, o pressuposto compartilhado de que os agentes possuem motivos inteligíveis e justificáveis para atuar como atuam torna-se um imperativo de “prestação de contas” pelo discurso. Por exemplo, a expectativa do cobrador quanto à conduta do usuário de ônibus é frustrada quando o último entrega ao primeiro sua carteira de estudante em vez do dinheiro da passagem. A exigência do cobrador por uma “prestação de contas” pode ser expressa no discurso ou simplesmente em um olhar de interrogação perplexa, ao que o passageiro responde com uma justificação apaziguadora: “desculpa, estava com a cabeça com as nuvens...aqui está o dinheiro” etc. A cena é bem mundana, mas essa transição do “concerto de ações” pelo hábito (p.ex., o passageiro paga ao cobrador sem que nenhum deles profira uma palavra), de um lado, para o “conserto de ações” momentaneamente quebradas pela justificação pública a partir de um “vocabulário de motivos” (Mills) socialmente disponível, de outro, continua central na teoria sociológica da ação. Ela fundamenta o exame das “ordens de justificação” (“Cidades” com “C” maiúsculo e no sentido alegórico da filosofia política) desenvolvido por Boltanski e Thévenot (1991) e, de maneira mais geral, de toda uma “sociologia pragmática” orientada pelo estudo de “momentos críticos” e “situações problemáticas” – uma sociologia de feitio pós-bourdieuiano, mas antecipada, em variados aspectos, nas teorias da ação do

pragmatismo estadunidense de Mead e Dewey (VANDENBERGHE, 2010: cap. 2; CORRÊA, 2014; VANDENBERGHE; VÉRAN, 2016).

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. **Twenty Lectures: Sociological Theory since the World War II**. New York: Columbia, 1987.

BOLTANSKI, L. **L'amour et la justice comme competences**: trois essais de sociologie de l'action. Paris: Metaillié, 1990.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**: les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

CEFAÏ, D. Comment se mobilise-t-on ? L'apport d'une approche pragmatiste à la sociologie de l'action collective. In: **Sociologie et sociétés**. V. 41, n.2, 2009.

COHEN, I. Theories of action and praxis. In: TURNER, B. (Org.). **The blackwell companion to social theory**. Oxford: Blackwell, 1996.

CORRÊA, D. "Do problema do social ao social como problema: uma leitura da sociologia pragmática francesa". **Política & Trabalho**. N. 40, 2014.

COSER, Lewis. Presidential address: two methods in search of a substance. **American sociological Review**. N.40, v.6, 1975.

GARFINKEL, H. A conception of, and experiments with, 'trust' as a condition of stable concerted actions. In: HARVEY, O.J. **Motivation and social interaction**. New York: Ronald Press, 1963.

\_\_\_\_\_. **Studies in ethnomethodology**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1967.

\_\_\_\_\_. Evidence for locally produced, naturally accountable phenomena of order, logic, reason, meaning, method, etc., in and as of the essential quiddity of immortal ordinary society, (I of IV): An announcement of studies. In: **Sociological theory**. V.6, n.1, 1988.

\_\_\_\_\_. **Ethnomethodology's program: working out Durkheim's aforism.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estudos de etnometodologia.* Petrópolis: Vozes, 2018.

GELLNER, Ernest. Ethnomethodology: the re-enchantment industry or the Californian way of subjectivity". In: **Spectacles and predicaments: essays in social theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

GIDDENS, A. **Central problems in social theory.** London: Macmillan, 1979.

HERITAGE, J. **Garfinkel and ethnomethodology.** Cambridge: Polity, 1984.

HILBERT, R. **The classical roots of ethnomethodology.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992.

RAWLS, A. Harold Garfinkel. In: RITZER, G. (org.). **The Blackwell Companion to major contemporary social theorists.** Oxford: Blackwell, 2003.

VANDENBERGHE, F. **A philosophical history of German sociology.** London: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VANDENBERGHE, F.; VÉRAN, J.F. **Além do habitus: teoria social pós-bourdieusiana.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

### **Para citar este texto:**

PETERS, Gabriel. Teoria Social em Pílulas: A etnometodologia de Garfinkel. *Blog do Labemus*, 2020. [publicado em 28 de setembro de 2020]. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/09/28/teoria-social-em-pilulas---a-etnometodologia-de-harold-garfinkel>